

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

A venda dos ativos

• Há quatro anos, parecia difícil que o Governo conseguisse do Congresso uma reforma constitucional quebrando o monopólio estatal do petróleo. A Constituição de 1988 fora extremamente nacionalista, a renovação da cúpula parlamentar fora pequena e a campanha O petróleo é nosso ainda reboava na memória política do país. No entanto, o projeto passou com substancial maioria. Razão: uma carta do presidente Fernando Henrique.

Os senadores Jáder Barbalho, líder do PMDB, e Ronaldo Cunha Lima, relator do projeto, foram ao Palácio do Planalto, em nome de seu partido e das preocupações nacionalistas de outros senadores. Tiveram uma conversa tranquilizadora.

A 8 de maio de 1995, o presidente Fernando Henrique, então no auge de seu prestígio, mandou ao presidente do Congresso, José Sarney, uma carta sobre o assunto. Dizia:

“Desejo reafirmar a V. Excelência o que foi exposto em discurso na Câmara pelo líder do Governo naquela Casa, deputado Luiz Carlos Santos. Proporei ao Congresso Nacional que;

1. — A Petrobras não seja passível de privatização;

2. — A União não contrate empresas para pesquisa e lavra em áreas que tenham produção já estabelecida pela Petrobras, áreas essas que permanecerão, observadas as normas do novo modelo, com a citada companhia estatal;

3. — Nas licitações para pesquisa e lavra, no caso de igualdade das propostas apresentadas, seja assegurado à Petrobras direito de preferência nas contratações.

“Esses pontos, como disse acima, já foram expostos pelo líder do Governo na Câmara. Em consideração ao Senado, estou pedindo ao líder Elcio Álvares que entregue a V. Excelência esta carta, para que a Casa tome diretamente conhecimento do pensamento do Governo”.

A Petrobras é a terceira maior empresa da América Latina, menor somente que as estatais petrolíferas do México e da Venezuela, e uma das 50 maiores empresas do mundo. Sempre foi um objeto de desejo das sete irmãs do petróleo e dos especuladores no mercado financeiro internacional.

Apesar das garantias do presidente Fernando Henrique, os parlamentares tomaram a precaução de aprovar uma lei obrigando o Governo a manter em suas mãos a maioria das ações com direito a voto na empresa.

O Fundo Monetário Internacional pressiona o Governo brasileiro, dele agora dependente, a liquidar todos os seus ativos. O ativo mais importante é a Petrobras, mas incluem-se também na lista o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e os demais bancos estatais. Não tarda, pressionará pela venda dos imóveis da União.

Armínio Fraga e os diretores que está escolhendo para o

Banco Central são favoráveis a essas exigências e, em particular, à privatização da Petrobras. No passado, deram entrevistas neste sentido.

O senador Jorge Bornhausen, presidente do PFL, defende idêntica posição. Na última quarta-feira, convocou uma entrevista coletiva sobre a necessidade da reforma política e do aprofundamento da reforma de Previdência. Ao abordar esse assunto, disse considerar necessária a constituição de um fundo que assumisse os encargos com as aposentadorias e pensões dos servidores públicos, que representavam um déficit de perto de 18 bilhões por ano, antes da aprovação do aumento das contribuições dos servidores na ativa e do desconto para a Previdência de contribuições de inativos. Esse fundo teria como financiamento inicial o resultado da venda dos ativos estatais restantes, inclusive a Petrobras. Anteriormente, Bornhausen propôs o desdobramento da empresa, com a venda imediata da BR Distribuidora, que funciona como um provedor de liquidez para a matriz.

A venda da Petrobras precisa ser aprovada pelo Congresso. Caso venha a ser proposta, encontrará sérias resistências nos partidos governistas. O senador Ronaldo Cunha Lima, PMDB-PB, declara:

— O parecer que assinei favorável à quebra do monopólio estatal do petróleo não foi só meu. Foi de toda a bancada do partido. Logo após o carnaval pretendo recolocar a questão aos senadores, manifestando a minha irredutível oposição à privatização da Petrobras.

Parlamentares do PPB, do PSDB e do PFL têm a mesma posição. O senador Jarbas Barbalho diz:

— Levarei todo o PMDB para a oposição a esta pretensão internacional. E também defenderei o Banco do Brasil, que é o principal responsável pelo crédito à agricultura, e a Caixa Econômica, que é quem financia os programas de casa própria para as populações de baixa renda. Como pode o Governo federal abrir mão de instrumentos tão fundamentais para a implementação de políticas públicas?

O argumento de que as privatizações eram imprescindíveis à redução da dívida interna e do déficit público foi desmoralizado na prática. Até o líder do PSDB na Câmara, deputado Aécio Neves, cobra resultados e se declara contrário a novos impostos ou cortes.